

# A primeira polêmica sobre o populismo na América Latina

ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ\*

## Apresentação

O presente trabalho discute um episódio pouco conhecido da história das ideias na América Latina: a introdução da noção de “populismo” no vocabulário do marxismo latino-americano.<sup>1</sup> Parto da hipótese de que os primeiros usos do vocábulo nessa tradição intelectual podem ser remetidos a três controvérsias ideológicas, travadas no interior da esquerda latino-americana no final dos anos 1920, mais precisamente entre 1928-1929: a controvérsia entre o cubano Julio Antonio Mella e o peruano Victor Raúl Haya de La Torre, a polêmica entre este último e seu compatriota Jose Carlos Mariátegui, e o debate entre este e a Internacional Comunista (IC). Ao examinar as três polêmicas, procurarei demonstrar como uma categoria, forjada no debate entre os revolucionários russos de fins do século XIX, foi transportada para o contexto político-intelectual do subcontinente pela IC para estigmatizar alternativas políticas e/ou ideológicas heterodoxas. Para tanto, retomarei, à luz da bibliografia especializada, alguns textos de Lenin dedicados ao tema do populismo, para apontar como o líder bolchevique já promovera modificações no significado original do termo na Rússia, conferindo-lhe um viés claramente pejorativo e ampliando seu escopo de abrangência, deslocamentos esses que foram ampliados por Mella e pela IC ao transportar a categoria para

---

\* Professor de Ciência Política na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).  
E-mail: andrekaysel@gmail.com.

1 Não abordarei nos limites deste artigo as formulações consagradas sobre o “populismo” nas ciências sociais latino-americanas dos anos 1960-1970, muito menos seus empregos mais contemporâneos.

um contexto tão distante de suas origens. Ao longo do artigo, discutirei as raízes russas da categoria e como ela foi empregada nos debates latino-americanos mencionados. Por fim, na conclusão, procurarei apontar como a ampliação geográfica do uso do vocábulo sugere problemas comuns às *intelligentsias* de sociedades periféricas e que o emprego da noção de populismo no marxismo latino-americano deve ser entendido como parte de um cisma entre comunistas e nacionalistas, de longa duração e com importantes consequências para a esquerda latino-americana.

### As peregrinações do populismo

Ainda que o “populismo” não ocupe um lugar de destaque no arsenal de categorias do marxismo e o mesmo também ocorra nas outras grandes tradições da teoria política moderna, o marxismo tem uma grande importância para a história desse vocábulo cujo uso é tão abundante no debate político. Afinal, uma das primeiras acepções modernas do termo “populismo” foi aquela cunhada pelos marxistas russos do final do século XIX para designar correntes de revolucionários autóctones que os antecederam e das quais eles próprios provinham.<sup>2</sup> Os termos *narodnichestvo* e *narodnik* provêm da palavra russa *narod* que pode significar tanto “povo” como “nação”. Segundo o historiador italiano Franco Venturi (1960, p.XXXIII), o termo *narodnichetsvo*, traduzido pelo autor como “populismo”, ainda que tivesse se originado apenas na década de 1870, poderia designar os diversos grupos de revolucionários socialistas russos que, entre as décadas de 1840 e 1880, inspirados por fontes variadas como Rousseau, Saint-Simon, Fourier e Proudhon, defendiam formas de socialismo agrário baseadas na comuna camponesa russa (a *obstchina*), que possibilitassem à Rússia uma via própria para a modernidade que não tivesse que passar pelas agruras do desenvolvimento do capitalismo industrial do ocidente. Para o historiador norte-americano Alisson Blakely, em que pese suas importantes divergências estratégicas, os “populistas” russos convergiram nos seguintes pontos: protagonismo de uma *intelligentsia* crítica comprometida com o “povo”, camponeses e trabalhadores como força social revolucionária e a ideia de que uma sociedade atrasada como a russa poderia passar diretamente ao socialismo (Blakely, 1982, p.157).

O historiador anglo-polonês Richard Pipes, contudo, prefere restringir o uso do termo “populismo” e do adjetivo “populista” apenas aos adeptos de uma facção revolucionária – a *Zemlia i Volia*, ou “Terra e Liberdade” – que passaram a utilizar o termo *narodnichestvo*, cunhado por volta de 1878, para a defesa de um programa revolucionário específico em que os intelectuais, em lugar de doutrinare os camponeses, deveriam aprender com eles, e a revolução, em vez de

2 Como lembra Berlin (1960), Plekhanov e Axelrod, em geral tidos como os mais importantes dentre os primeiros marxistas russos, eram oriundos do movimento populista mais amplo, nos termos de Venturi, e eram críticos desse movimento, em especial de sua ala “terrorista”, a qual havia sido esmagada pela onda repressiva que se seguiu ao assassinato do czar Alexandre II em 1881.

basear-se em ideias abstratas, partiria das demandas populares imediatas (Pipes, 1964, p.443), de modo que o termo poderia então ser considerado como sinônimo de “popular”, ou mesmo de “democrático” (p.449). Teria sido somente por volta de 1892-1894 que os social-democratas russos, envolvidos em uma polêmica com correntes socialistas rivais em torno dos rumos do capitalismo russo, passaram a designar todos os defensores da tese de que o país poderia passar diretamente ao socialismo, e não apenas os membros do *Zemlia i Volia*, como sendo adeptos do *narodnichestvo*, rotulando-os como *narodnikis*, classificação que foi veementemente rejeitada por seus interlocutores (p.452-454). Desse modo, o conceito já teria nascido com claro viés pejorativo e alheio à autoimagem dos atores.

Por fim, o historiador polonês Andrej Walicki (1969) procura distinguir entre duas acepções do termo: o “populismo clássico”, o qual se localizaria na segunda metade da década de 1870 e se restringiria, como indicado por Pipes, aos simpatizantes da *Zemlia i Volia*, e o populismo como “visão de mundo”. Este último se referiria a uma longa tradição de pensamento, nucleada em torno da valorização da *obstchina*, como fundamento de um socialismo russo, que iria, como sugeriu Venturi (1960), da obra do intelectual revolucionário Alexander Herzen, na década de 1840, considerado como o “pai do populismo”, às ações terroristas da *Narodnaya Volia* (“Vontade do Povo”), na década de 1880 ou, como apontado por Blakely (1982), mais além ainda, alcançando o período pré-1917, tendo em vista a atuação dos Socialistas Revolucionários.

Ainda que o pioneirismo do uso do termo de forma pejorativa, como arma no embate político, tenha cabido, segundo Pipes (1964), ao “marxista legal” Piotre Struv, foi Vladimir Lenin quem mais teria contribuído para sua difusão. É conhecida a crítica que o revolucionário russo fez da visão de autores como Vorontsov e Danielson, segundo os quais o capitalismo na Rússia seria, na época, incipiente e artificial, denominando-os como “populistas” (Lenin, 1982). Em outra obra, na qual procurava distinguir o “populismo” do que seria a tradição democrática russa mais ampla, Lenin apresenta os elementos que constituiriam uma visão de mundo “populista”: a ideia de que o desenvolvimento capitalista, ao destruir a pequena propriedade urbana e rural, seria uma forma de “decadência” ou “regressão”, a defesa do caráter “original” das relações de produção camponesas autóctones e da possibilidade de utilizá-las para saltar para o socialismo, sem passar pelo capitalismo, e, por fim, o desconhecimento da dependência dos intelectuais, das instituições jurídicas e políticas em relação às classes e às relações de produção (Lenin, 1986, p.63).

Mas Lenin não empregou apenas a categoria, assim definida, para se referir ao contexto político de seu próprio país. Em 1912, em um comentário a um artigo de Sun Yat-Sem – o qual havia se tornado presidente da república recém-instaurada na China em 1911 –, o marxista russo aponta o que seriam coincidências entre o programa agrário defendido pelo líder do Partido Nacionalista Chinês (“Kuomintang”) e o dos *narodnikis* russos (Lenin, 1975). Para Lenin, haveria no pensamento

do novo presidente da China uma contradição entre uma fundamentação teórica reacionária – a ideia de que seu país poderia evitar o capitalismo, passando a uma espécie de socialismo agrário – e um programa de nacionalização da terra que, na prática, promoveria o desenvolvimento do capitalismo chinês (Lenin, 1975).

Desse modo, o termo “populismo”, que, no contexto russo, já havia sofrido uma ampliação de seu sentido original restrito aos anos 1870, sofre uma nova expansão geográfica, sendo aplicado a um contexto nacional bem distinto, o qual compartilharia com a Rússia, segundo Lenin, uma situação de “atraso” e “despotismo” asiáticos. Foi justamente a partir da aceção cunhada e difundida por Lenin que o termo fez sua estreia entre os marxistas latino-americanos. Um dos primeiros textos a empregar o termo na região – não apenas no âmbito do marxismo, mas, talvez, do pensamento político latino-americano de modo geral – foi, provavelmente, o panfleto “Que és el ARPA” do jovem militante cubano Julio Antonio Mella, publicado em 1928 na Cidade do México, com o intuito de atacar as concepções sobre o anti-imperialismo e a revolução latino-americana do peruano Victor Raúl Haya de La Torre e dos apristas.<sup>3</sup> Como se verá nas seções seguintes, o uso do termo nos primeiros debates do comunismo latino-americano – de maneira coerente com essa raiz russa – designava uma cultura política anticapitalista de fundo romântico, que supostamente rejeitaria a modernidade em nome de um retorno a tradições rurais e autóctones. Tal imaginário seria associado a uma posição de classe pequeno-burguesa que negaria a luta de classes, dissolvendo-a na categoria “mistificadora” de “povo”.

### **A polêmica entre Julio Antonio Mella e Haya de La Torre**

Tanto Victor Raúl Haya de La Torre como Julio Antonio Mella iniciaram suas carreiras políticas como dirigentes estudantis no bojo do movimento continental pela reforma universitária, iniciado em Córdoba (Argentina) em 1918.<sup>4</sup> A partir dessa posição lograram projetarem-se em seus respectivos cenários políticos nacionais procurando uma aliança entre os estudantes e as classes trabalhadoras (Teixeira, 2001, p.19). Em ambos os casos, tal aproximação teve como instrumento privilegiado a criação, por parte das respectivas federações estudantis, de universidades populares voltadas aos operários: no primeiro caso, as Universidades

3 Segundo um artigo publicado no diário espanhol *El País*, em 27/06/2015 (Grijelmo, 2015), a entrada mais antiga, disponível no banco de dados da Academia da Língua Espanhola, para o termo “populista” é, curiosamente, de uma conferência de José Carlos Mariátegui, pronunciada em 24 de agosto de 1923, sobre política alemã, que traduz o nome do *Volkspartei* como “Partido Populista”. O texto pode ser encontrado em Mariátegui (1995b). Porém, o termo aqui parece ser sinônimo de “popular” tendo uma aceção mais neutra do que aquela empregada por Mella. Assim, considero ser legítimo abordar o cubano como pioneiro na cunhagem do sentido que o termo iria ganhar entre os marxistas da região.

4 Para uma discussão do impacto político do movimento da “Reforma Universitária”, juntamente com a reprodução de seus principais documentos, cf. Portantiero (1979).

Populares “Manuel Gonzalez Prada” e, no segundo, as Universidades Populares “José Martí”, diretamente inspiradas no exemplo peruano (p.30 e 48).

Em 7 de maio de 1924, o ex-líder da Federação dos Estudantes do Peru, a partir de seu exílio no México, funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra). Inicialmente pensada como uma “frente única de trabalhadores intelectuais e manuais”, a Apra tinha como principal objetivo a união dos povos latino-americanos – ou “índo-americanos” – contra o imperialismo dos Estados Unidos e as elites locais que o apoiavam. Dois anos mais tarde, Haya de La Torre publicaria um panfleto intitulado *Que és el Apra?*, no qual esboçava um programa em torno dos seguintes pontos:

1. Ação contra o imperialismo *yankee*;
2. Pela unidade da América Latina;
3. Nacionalização de terras e indústrias;
4. Internacionalização do Canal do Panamá;
5. Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo. (Haya de La Torre, 2008, p.70)<sup>5</sup>

Nesse mesmo período, a Internacional Comunista – confrontada com a derrota da onda revolucionária na Europa Central (1918-1923) – passara a observar com maior atenção o desenrolar dos acontecimentos na China e em menor extensão os inúmeros movimentos nacionalistas e anti-imperialistas que se passavam na periferia do capitalismo. Tomando a China como modelo paradigmático, a IC elaborou então uma estratégia para a luta anti-imperialista no “mundo colonial e semi-colonial” que defendia a constituição de frentes anti-imperialistas em conjunto com setores nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses (Slessinger, 1974, p.43-53). Ao mesmo tempo, a Revolução Russa e a URSS atraíam as simpatias de muitos nacionalistas da periferia, seja por suas posições anticolonialistas, seja pelo esforço de industrialização de um país ainda, em grande medida, pré-capitalista (Godio, 1983, p.33-34). Um desses foi justamente Haya de La Torre, que esteve na URSS em 1924.

Da experiência soviética, Haya extrairia o modelo de industrialização a partir da planificação estatal e a concepção de partido leninista centralizado, os quais teriam grande impacto na posterior teorização do aprismo (Montesinos, 2000, p.26).<sup>6</sup> Todavia, o pensamento de Haya condicionava a incorporação do marxismo

5 O manifesto de criação da Apra apareceu pela primeira vez em inglês, sob o título “What is the Apra?”, na revista *Labour Monthly*, v.8, n.12, 1926. Dez anos mais tarde, o autor iria incluí-lo como primeiro capítulo de *El antimperialismo y el Apra*, com o título “Que és el Apra?”. Aqui emprego a versão desta última obra, presente nas *Obras escogidas de Victor Raúl Haya de La Torre*, editadas pelo Instituto Haya de La Torre pela primeira vez em 1995 e reeditadas em 2008.

6 Para além dessas influências, pode-se acrescentar que a IC forneceu a Haya, bem como a outros nacionalistas radicais latino-americanos, como o venezuelano Rómulo Betancourt, um vocabulário e um aparato conceitual com os quais pensar suas realidades sociais (Caballero, 1988, p.25).

à afirmação da singularidade histórica da América Latina. Comentando uma troca de cartas com Losowsky, dirigente da Internacional Sindical Vermelha, acerca da especificidade da luta contra o imperialismo na América Latina, Haya expressou assim suas divergências com a ortodoxia:

Reiterei-lhe minha convicção sincera de que não é possível dar desde a Europa receitas mágicas e soluções para tais problemas, expressando-lhe que, assim como admirava o conhecimento que os dirigentes da nova Rússia tinham de seu país, anotava sua carência palmar de informação científica sobre a realidade da América. (Haya de La Torre, 2008, p.81)

A passagem deixa claro que Haya não estava disposto a aceitar a direção política e intelectual da IC, a qual, por seu turno, dado seu caráter altamente verticalizado, concebia-se como única direção revolucionária possível. Já no manifesto de fundação da nova agremiação, o líder peruano se preocupou em fazer a seguinte afirmação: “A Apra é um movimento autônomo latino-americano, sem nenhuma intervenção ou influência estrangeira. É o resultado de um espontâneo anseio de nossos povos para defender unidos sua liberdade, vencendo os inimigos de dentro e os de fora” (Haya de La Torre, 2008, p.77).

As divergências potenciais entre apistas e comunistas foram mantidas em segundo plano até o Congresso Mundial Anti-Imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de 1927), quando os dois lados romperam abertamente suas relações políticas.<sup>7</sup> A ruptura ocorrida em Bruxelas se deveu ao fato de que Haya disputava com as Ligas Anti-Imperialistas (organizadas pelos comunistas) a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina. Isso o levou a reafirmar a Apra como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa (Montesinos, 2000, p.34-35). Isso fica claro no relato que o militante peruano fez do congresso:

A influência e o controle do Partido Comunista resultaram inocultáveis naquela assembleia, que reuniu as mais ilustres figuras da esquerda mundial. Apesar da forte pressão comunista e do ambiente de fácil otimismo, frequente em tais assembleias, mantivemos nossa posição ideológica e o caráter da Apra como organismo político autônomo, tendente a constituir-se em partido. [...] Nos debates, negamo-nos a ficar incluídos sob o comando da Liga Anti-Imperialista Mundial, que, sabíamos, era uma organização completamente controlada pela III Internacional, não no interesse da luta anti-imperialista, senão a serviço do comunismo. (Haya de La Torre, 2008, p.82-83)

<sup>7</sup> Para uma discussão sintética da importância histórica do Congresso de Bruxelas, veja-se Prashad (2007, cap.3).

Já Julio Antonio Mella foi, em 1925, um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba. Forçado a se exilar pela ditadura de Gerardo Machado, o jovem se estabeleceu na Cidade do México. Em 1928, diante da ruptura entre apristas e comunistas, Mella publica em *El Machete*, órgão do Partido Comunista Mexicano, um panfleto contra Haya de La Torre, intitulado “Que és el Arpa?”.<sup>8</sup> O texto se inicia com uma dura crítica ao programa da Apra, para demonstrar seu caráter reformista. No que tange, por exemplo, à consigna de “nacionalização de terras e indústrias”, Mella afirma:

“Nacionalizar” pode ser sinônimo de “socializar”, com a condição de que seja o proletariado que ocupe o poder por meio de uma revolução. Quando se diz ambas as coisas: “nacionalização” e em mãos do proletariado e do novo Estado (proletário), se está falando marxistamente. Porém, se se diz a seco, “nacionalização”, se está falando com a linguagem de todos os reformistas e enganadores da classe operária. Toda a pequena-burguesia é favorável à nacionalização das indústrias que lhe fazem competição. (Haya de La Torre, 2008, p.85)

Desse modo, Mella acusa o programa formulado por Haya de La Torre de ser propositalmente ambíguo. Tal ambiguidade se explicaria pela base social à qual o autor pretendia apelar, a pequena-burguesia, como fica claro na seguinte passagem:

[...] Como sempre, a fórmula é ambígua, obscura e suscetível de várias interpretações para acomodar a todos e, em especial, aos pequeno-burgueses, os quais são chamados com uma série de nomes ambíguos: “produtores”, “classes médias”, “trabalhadores intelectuais” etc. Esses pequeno-burgueses são a base do programa da Apra e os sustentáculos de sua ideologia. (p.87)

Segundo Mella, para que a ideia, defendida por Haya de La Torre, do deslocamento do marxismo e, por conseguinte, dos PCs, em relação à América Latina estivesse correta, seria necessário provar que o subcontinente não experimentava o avanço das forças produtivas, das relações de exploração capitalistas e, por conseguinte, desconheceria a classe operária. “Porém”, dizia o militante cubano: “A América Latina não é um continente de Júpiter, mas sim da Terra. É algo elementar para todos que se dizem marxistas [...] que a aplicação de seus princípios é universal, posto que a sociedade imperialista é universal” (Haya de La Torre, 2008, p.89).

Como se pode ver, aqui se exprime claramente a contradição entre uma teoria supostamente universal e uma realidade histórica que parece escapar ao seu escopo. Fica claro, pelo trecho citado, que Mella simplesmente não reconhecia o dilema,

---

8 O título é uma evidente ironia com o título “Que és el Arpa?”, do artigo-manifesto já citado de Haya de La Torre, publicado dois anos antes na Inglaterra.

supondo que, apenas por se inserir na órbita do imperialismo, a América Latina não ofereceria quaisquer problemas à “aplicação” do materialismo histórico.

Nesse sentido, ganha centralidade a aproximação estabelecida pelo comunista cubano entre o ideário aprista e o dos *narodniks* ou “populistas” russos e os nacionalistas chineses do Kuomintang, afirmando explicitamente que os três movimentos fariam parte de uma mesma família “populista”, da qual a Apra seria a representante latino-americana:

É curioso ressaltar como as mesmas condições na América Latina criaram uma ideologia similar à criada na Rússia, da qual eram representativos os populistas, tão atacados por todo o socialismo marxista. A inexistência de um forte e grande proletariado no Peru, de onde vinha a ideologia da Apra, leva os “apristas” a duvidar da existência do proletariado e subestimar seu valor, até não compreenderem que este se está formando diariamente e assumindo a hegemonia na luta contra o imperialismo e a reação nacional, representativa do anterior. (p.95)

Mais adiante, o comunista cubano associa o suposto “populismo” dos apristas a seu indigenismo, o qual seria uma idealização romântica e reacionária do “primitivo”, análoga à idealização que os intelectuais russos do século XIX tinham em relação aos *mujiks*:

Quando os apristas nos falam do sistema autóctone do comunismo incaico, nos dão conferências para explicar com admiração o sistema primitivo, glorificando-o, e sonham com as grandes possibilidades de iniciar, logo, logo, a revolução proletária no Peru porque ali existe esse índio com suas comunas primitivas, estão aplicando o mesmo critério anticientífico e reacionário que os populistas russos aplicavam à Rússia. [...] Ninguém há de estranhar que esses senhores tenham adotado até um nome similar: “Vontade Popular” se chamava a organização dos russos e a dos “índio-americanos”, “Aliança Popular”. Eles veem essa metafísica política que é o termo “povo”; porém ignoram a realidade: classes, operários, camponeses etc. (p.97)<sup>9</sup>

De fato, o líder aprista não apenas valorizava a comunidade agrária indígena e seu potencial futuro, como via a luta entre a comunidade agrícola de origem pré-colombiana e o latifúndio oriundo da conquista como o conflito central do conjunto de formações sociais andinas e do México:

Uma luta profunda e secular entre as massas de população indígena contra seus opressores feudais encheu de episódios sangrentos a história desses povos, desde a

---

<sup>9</sup> Como se verá na quarta sessão, essa crítica é quase idêntica àquela dirigida por Miroshesky (1978) a Mariátegui, o qual compartilhava com seu compatriota Haya de La Torre o entusiasmo pelo potencial futuro do *Ayllú* para o futuro de seu país e da região.



conquista até nossos dias. Essa luta que subsiste e na qual a revolução camponesa mexicana inicia uma nova etapa representa a profunda oposição entre as formas primitivas e tradicionais de repartição e propriedade da terra, contra o feudalismo europeu importado pelos espanhóis [...]. (Haya de La Torre, 2008, p.199-200)

Além do recurso à categoria de “povo” e da idealização “romântica” do campesinato indígena, ambos associados ao caráter “pequeno-burguês” do aprismo, o autor cubano acrescenta ainda outra característica, especificamente latino-americana: o “caudilhismo”. Comentando a ruptura entre Haya e a IC, ocorrida no Congresso de Bruxelas, do qual o cubano também havia tomado parte, o autor afirma:

Eis aqui a razão pela qual a Apra não aceita a unidade mundial anti-imperialista, porque não pertence ao Congresso de Bruxelas. [...] O mal do caudilhismo não desapareceu de nossa América ainda. Isso está claro quando se vê que a base social dos “novos libertadores” não é proletária, senão muito semelhante à dos velhos caudilhos. (Mella, 1975, p.107)

Como se vê, o personalismo de Haya de La Torre, bem como os traços ideológicos anteriormente aludidos, são associados à base pequeno-burguesa de seu movimento. Desse modo, tem-se o conjunto que, décadas mais tarde, será batizado como “populismo” latino-americano: movimentos organizados em torno de líderes carismáticos, base social heterogênea e ideologia pequeno-burguesa.

Em contraposição ao “populismo” “caudilhista” e “pequeno-burguês” de seu interlocutor peruano, o comunista cubano opõe, como seria de se esperar, a alternativa da ortodoxia marxista, apoiada em uma base “classista”: “Finalmente, estamos com o leninismo, quer dizer, com o comunismo, porque o proletariado já seguiu esse caminho e os fatos confirmam a necessidade de aplicar a doutrina comunista a cada um dos fenômenos sociais da América”. (p.100)

Haya de La Torre, por seu turno, formulava o problema da relação entre a teoria e a realidade de modo oposto, como se pode notar na seguinte citação: “Já Engels escrevia em *O Anti-During*, quem quiser subordinar às mesmas leis a economia da ‘Terra do Fogo’ e a da Inglaterra atual, evidentemente produziria lugares-comuns da maior vulgaridade, porque a economia política é, fundamentalmente, uma ciência histórica.” (Haya de La Torre, 2008, p.21). Dessa maneira, o líder aprista enfatiza as distintas condições materiais que separariam a América Latina e a Europa, reivindicando uma aplicação criativa do materialismo histórico às condições locais.

Como bem sublinha Julio Godio, é preciso prestar atenção à crítica de Mella a Haya, pois ela contém todo um estilo de argumentação sectário, que se tornaria característico da publicística comunista. Desprezando os argumentos de seu adversário, sem analisá-los internamente, Mella “enfrentava o policlassismo de hegemonia pequeno-burguesa com um classismo abstrato” (Godio, 1983, p.125).

O problema nesse tipo de argumentação é que ela instaura uma polarização entre o “universal” e “abstrato” e o “particular” e o “concreto” que não permite nenhum tipo de síntese. Essa oposição estante teve, como procuro argumentar, consequências políticas graves ao dificultar o enraizamento dos comunistas nas culturas políticas populares já existentes na região. Isso ficará mais claro adiante, quando examinarei o principal esforço na direção contrária e seu malogro político.

### **A polêmica entre Haya de La Torre e Mariátegui**

A ruptura entre a Apra e a IC não levou, de modo imediato, a um confronto análogo entre Haya e Mariátegui. Pouco depois do enfrentamento ocorrido em Bruxelas, os representantes do Comintern vinham exortando Mariátegui a romper com Haya e a fundar um Partido Comunista no Peru.<sup>10</sup>

As razões para evitar, em 1927, a ruptura com a Apra foram dadas *a posteriori* pelo próprio Mariátegui. Desde seu regresso da Europa, em 1923, este pretendia fundar um partido operário de orientação socialista (Mariátegui, 1995a, p.202). Todavia, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus inícios, tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves e manifestações estudantis de 1918-1919. Nessas condições, Mariátegui viu na fundação da Apra a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver condições para fundar, em seu país, um partido comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do “Grupo de Lima”, isto é, o círculo de intelectuais e sindicalistas organizados em torno de *Amauta* e de seu editor, o Partido Socialista do Peru (p.203).

O rompimento, realizado no primeiro semestre de 1928, por meio de uma troca de cartas entre ambos, foi publicamente confirmado no editorial do segundo aniversário de *Amauta*: “Aniversário y balance”, publicado no n.17, de setembro de 1928.<sup>11</sup> Vale a pena deter-se nesse artigo, pois ele explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos. Tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção do subcontinente em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo: “A mesma palavra ‘revolução’, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. [...] Temos que

10 Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927, para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o já citado Losowsky exortou os delegados peruanos a romper com a Apra e fundar em seu país um Partido Comunista. Cf. Quijano, 1991, p.197.

11 Para informações sobre a troca de correspondência entre Mariátegui, a célula aprista do México e Haya de La Torre que marcaram o rompimento entre os dois revolucionários, cf. Quijano, 1991, p.122-123.

restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-Americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista” (Mariátegui, 1991a, p.126).

Para o autor, o socialismo “pressupunha e abarcava” todos os adjetivos que podiam ser adicionados à revolução: “nacional”, “agrarista” ou “anti-imperialista” (Mariátegui, 1991a). Assim, o socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, a qual chegara tardiamente à competição internacional, numa era de “monopólios e impérios”. No capitalismo contemporâneo, portanto, a região “só poderia ter o papel de colônia”. “Esta civilização (a ocidental) conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares” (p.127). Assim, tomar parte no movimento histórico universal não excluiria fazê-lo a partir de características e linguagem próprias. Daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região: “O socialismo indo-americano não deverá ser decalque nem cópia, mas sim criação heroica” (p.128). Em seguida, o texto vincula essa originalidade, no caso peruano, ao potencial, para a futura organização de uma economia socialista no país, do *ayllú* e dos hábitos coletivistas dos índios do altiplano.

Dessa forma, se Haya de La Torre frisava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procura conciliar as pretensões universalizantes do método materialista com a particularidade da situação latino-americana.<sup>12</sup>

Essa discrepância de fundo informa outras divergências entre os dois autores, como é o caso notório da problemática do imperialismo. Em “Punto de vista anti-imperialista”, Mariátegui começa por propor uma diferenciação interna entre os chamados países “semicoloniais”. De um lado, haveria aqueles – representados na América Latina pela América Central e o Caribe – que vivenciam a intervenção política e militar direta do imperialismo e aonde, por conseguinte, a burguesia e a pequena-burguesia podem assumir uma postura nacionalista ou anti-imperialista. De outro, haveria países – como os da América do Sul – nos quais, em que pese o caráter semicolonial da economia, a burguesia se sente suficientemente dona do poder político para não se preocupar com a soberania nacional, associando-se ao capital estrangeiro sem reservas (Mariátegui, 1991d, p.202). Em cada uma dessas configurações haveria uma relação diferente entre o anti-imperialismo, as classes sociais e o programa revolucionário:

12 Aqui vale a pena destacar que os dois autores tinham um entendimento distinto acerca do estatuto teórico do marxismo. Haya de La Torre compartilhava, ironicamente, a mesma compreensão da ortodoxia da II e da III internacionais, do materialismo histórico como filosofia da história (Ferreira, 1971, p.277). Já Mariátegui, em um de seus últimos trabalhos, nega explicitamente que Marx teria formulado uma filosofia da história, mas sim um método histórico de interpretação da sociedade (Mariátegui, 1991c, p.15).

A formação de partidos de classe e poderosas organizações sindicais, com clara consciência classista, não se apresenta destinada nesses países ao mesmo desenvolvimento imediato que na América do Sul. Em nossos países o fator classista é mais decisivo, está mais desenvolvido. Não há razão para recorrer a vagas fórmulas populistas, por trás das quais não podem deixar de prosperar tendências reacionárias. Atualmente, o aprismo, como propaganda, está circunscrito à América Central; na América do Sul, como consequência do desvio populista, caudilhista, pequeno-burguês, que o definia como Kuomintang latino-americano, está em uma etapa de liquidação total. (p.206)

É interessante sublinhar como reaparece aqui o adjetivo “populista” para caracterizar as posições apristas, em chave muito semelhante àquela empregada por Mella. Assim como o militante cubano, Mariátegui também associa o “populismo” à “vagueza ideológica”, ao “caudilhismo” e à base social “pequeno-burguesa”. Quanto a esta última, o autor peruano afirmava que não poderia ser o sustentáculo de uma política anti-imperialista consequente, o que seria ilustrado pela tendência do regime pós-revolucionário mexicano à conciliação com o imperialismo dos Estados Unidos (p.205).

Tal leitura do desdobramento do processo político no México é fundamental pela importância que Haya de La Torre lhe atribuía. Ao lado do Kuomintang chinês, o regime revolucionário mexicano era o seu modelo para a revolução no subcontinente. Nas palavras do líder aprista:

A Revolução Mexicana – revolução social, não socialista – não representa o triunfo de uma só classe. [...] O partido vencedor, partido de espontânea frente única contra a tirania feudal e o imperialismo, domina em nome das classes que representa e que, em ordem histórica da consecução reivindicatória, são: a classe camponesa, a classe operária e a classe média. (Haya de La Torre, 2000, p.51)

Quanto à pequena burguesia e a aposta que o líder aprista fazia em seu potencial revolucionário, o marxista sustenta que seus interesses concretos não são necessariamente antagônicos aos do imperialismo. Ao contrário, com o crescimento da presença de empresas estrangeiras, as classes médias urbanas viam aumentar suas possibilidades de emprego e ascensão social, fugindo à “empregomania” que a atrelava aos pequenos cargos públicos (Mariátegui, 1991d, p.208).

A posição aprista diante da pretensão mariateguiana de pensar um caminho socialista para o Peru e a América Latina pode ser bem sintetizada pelo artigo do dirigente Carlos Manuel Cox. Para ele, no que tange à interpretação marxista da realidade peruana, Mariátegui e o aprismo estariam de acordo. A divergência surgiria, segundo suas próprias palavras, no adjetivo (Cox, 1978, p.4).<sup>13</sup> O pro-

<sup>13</sup> Publicado em *Claridad*, n.279, Buenos Aires, jul. 1930, 4.

blema do autor dos *Siete ensayos*, segundo o companheiro de Haya de La Torre, seria seu excessivo “intelectualismo”, que o levaria a desconhecer as necessidades próprias à ação política.

Desse modo, Mariátegui teria se deixado levar pelo impacto de sua experiência na Europa – a qual soubera analisar de modo acurado – e “imaginado” para o Peru e para a Indo-América um proletariado revolucionário que, na realidade, não existiria. Assim, termina julgando o legado mariateguiano com uma paráfrase de Ortega y Gasset: “tens razão em tudo o que negas, mas te equivocas em muito do que afirmas” (p.8).

Cox recolhe de Haya o tema da adequação da teoria à realidade e do “europeísmo” de Mariátegui, ao mesmo tempo que procura reivindicar para a Apra seu legado como intérprete da realidade peruana. Como se depreende da análise feita anteriormente, o juízo de Cox de que a discordância seria somente “adjetiva” é errôneo. Não que Mariátegui e Haya não tivessem importantes pontos de convergência, o que, aliás, foi admitido pelo próprio Mariátegui, em uma nota de rodapé dos *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, na qual afirmava:

Escrito este trabalho, encontro no livro de Haya de La Torre *Por la emancipación de América Latina* conceitos que coincidem absolutamente com os meus a respeito da questão agrária em geral e da comunidade indígena em particular. Partimos dos mesmos pontos de vista, de maneira que é forçoso que nossas conclusões sejam também as mesmas. (Mariátegui, 2008, p.68)

Ainda que ambos, mesmo após a ruptura, pudessem estar de acordo a propósito de um tema tão importante naquele contexto como era a “questão agrária”, o artigo do próprio Cox deixa claro que as divergências não eram meramente “adjetivas”, ao afirmar que a visão europeizante e intelectualista de Mariátegui o teria impedido de discernir as diferenças na estrutura social entre a Europa e a América Latina (Cox, 1978, p.7).

Há, todavia, um aspecto interessante e acertado do texto do dirigente aprista: sua afirmação da divergência de Mariátegui com relação à III Internacional. Embora se equivocando em fatos e datas, Cox aponta como o Partido Socialista de Mariátegui, embora pretendesse filiação à IC, foi rejeitado pela mesma por seu “revisonismo” (p.7-8). É, justamente, para essa outra polêmica que me voltarei agora.

### **A polêmica entre Mariátegui e a IC**

Este tema é um tópico controverso que divide os intérpretes da obra mariateguiana. Alguns – como Jorge Del Prado e Jorge Falcón – sustentam que as discrepâncias foram secundárias ou de menor importância (Del Prado, 1978, p.84-86; Falcón, 1985, p.26-28). Já outros, como Quijano (2008), Alberto Flores Galindo (1994), Aricó (1978; 1987) e Antonio Melis (1978), adotam o ponto de

vista oposto: o de que Mariátegui e a IC tinham divergências de fundo que teriam levado o marxista peruano ao isolamento, tanto no movimento comunista latino-americano como em seu próprio partido. Mesmo sendo inegável que Mariátegui tenha sido parte da tradição política comunista, isso não deve obscurecer o caráter heterodoxo de seu pensamento, o qual recebeu reprovações explícitas dos representantes do Comintern. Para demonstrá-lo, é fundamental retornar aos termos do debate do peruano com a ortodoxia.

Essa controvérsia teria como cenário a 1ª Conferência Comunista Latino-Americana, realizada em Buenos Aires em junho de 1929.<sup>14</sup> Mariátegui redigiu duas teses para o evento: “Punto de vista anti-imperialista” e “El problema de las razas en América Latina”.

Na tese sobre o problema racial, o autor vinculava o potencial revolucionário dos indígenas à sua condição de camponeses (Mariátegui, 1991c, p.216-218). Nesse sentido, a “questão indígena” se resolveria com o acesso à terra e não, como sustentavam os documentos da IC, com a concessão aos indígenas do direito de autodeterminação: isto é, do direito de constituírem seus próprios Estados. Assim, “Peters”, representante da Juventude Comunista Internacional, acusou os delegados peruanos de subestimarem o caráter nacional das reivindicações indígenas e de adotarem, inconscientemente, o ponto de vista “chauvinista” dos peruanos brancos (IC, 1929, p.298-299).<sup>15</sup>

Outro ponto da interpretação mariateguiana da “questão indígena” que gerou polêmica no encontro foi a tese, já referida anteriormente, de que o *Ayllú* pudesse ser aproveitado como germe de uma economia socialista autóctone. Isso fica claro no seguinte comentário de “Leôncio”, pseudônimo de um dos delegados brasileiros ao encontro:

Latifúndio ou comunidade? Mas, se o mal está no latifúndio, a salvação não se encontra nas comunidades agrárias. O grau de desenvolvimento econômico alcançado pela América Latina não permite mais o retrocesso ao regime das comunidades primitivas. A volta à civilização índia é um ideal sem sentido na época em que vivemos. (p.295)<sup>16</sup>

14 Em razão de problemas de saúde, Mariátegui não pode participar do encontro, enviando dois delegados, o já citado Portocarrero e o médico Hugo Pesce.

15 Porém, diante das ponderações de Pesce e Portocarrero da inadequação da consigna da “autodeterminação nacional” à América Latina, Jules Humbert-Droz, “Luís”, admitiu que o problema era complexo e que demandaria maior estudo (IC, 1929, p.312).

16 Os delegados brasileiros ao encontro foram Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim (Del Roio, 1990, p.80; Pericás, 2010, p.339). Porém, provavelmente a intervenção citada acima não foi de Basbaum, já que todos os delegados no encontro utilizavam pseudônimos. Não encontrei, nem no texto de Del Roio, nem na versão digital das atas da conferência a relação dos pseudônimos de todos os delegados, de modo que não sei quem foi o responsável por essa intervenção.

Como se pode ver, a crítica do delegado brasileiro à tese mariateguiana do socialismo indígena vai no mesmo sentido da crítica de Julio Antonio Mella às teses similares defendidas por Haya de La Torre.

Ainda que o qualificativo “populista” não chegue a aparecer nas atas da Conferência, ele veio a ser utilizado mais tarde por críticos ortodoxos das contribuições do fundador do socialismo peruano. O mais conhecido porta-voz dessa leitura de Mariátegui foi o latino-americanista soviético V. M. Miroshevsky. Segundo ele:

Mariátegui acreditava que o Peru marcharia para a Revolução por um caminho próprio, por um caminho especial. Considerava os camponeses indígenas peruanos como “coletivistas naturais”, acreditava que estes realizariam a revolução socialista independentemente, sem o proletariado revolucionário (Miroshevsky, 1978, p.58).<sup>17</sup>

Como se pode depreender da análise feita até aqui da obra mariateguiana, a afirmação do autor soviético de que o peruano defendia uma revolução camponesa sem o proletariado é inteiramente equivocada. No entanto, as analogias que Miroshevsky vê entre Mariátegui e os *narodniks* não são, a meu ver, inteiramente desprovidas de razão. Basta pensar na centralidade que os *narodniks*, desde Alexander Herzen, seu precursor e uma de suas maiores influências, atribuíam à *obstchina* como base para um socialismo russo que poderia contornar o doloroso processo de industrialização capitalista, com todas as suas consequências sociais deletérias (Venturi, 1960, p.119-120; Blakely, 1982, p.156-157). O problema é estigmatizar essas coincidências como indícios de um “socialismo pequeno-burguês” ou “retrógrado” (Miroshevsky, 1978, p.69). É sempre bom lembrar que os próprios *narodniks* não defendiam nenhum retorno a um passado medieval – postura mais associada com os “eslavófilos” contra os quais polemizavam –, mas sim o aproveitamento das tradições coletivistas russas para a consecução de uma modernidade alternativa (Venturi, 1960, p.77-78). Analisando o programa dos Socialistas Revolucionários, principal organização do século XX, herdeira do “populismo” oitocentista, Blakely afirma que o programa tinha claro viés progressista e não retrógrado (Blakely, 1982, p.159).

A propósito merece destaque a menção que Miroshevsky faz ao “caminho próprio” defendido por Mariátegui. Para a ortodoxia soviética, era justamente a ideia de um caminho próprio ao socialismo que parecia inaceitável. Por fim, entre as polêmicas que opuseram o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSAIC) e os representantes peruanos esteve a do caráter do novo partido, a nova agremiação não assumira a forma de um Partido Comunista, o que foi expresso na adoção do nome “socialista”, de caráter mais genérico. No manifesto de fundação do PSP se diz: “De acordo com as condições concretas atuais do Peru,

17 Este artigo foi publicado em 1943 na revista soviética *Historik Marxiste*, traduzido posteriormente para o espanhol pela revista *Dialéctica* de Havana.

o comitê concorrerá à organização de um partido socialista, baseado nas massas operárias e camponesas organizadas” (Mariátegui, 1991e, p.157).

Mariátegui sabia muito bem que a denominação “comunista” era uma das 21 condições que os estatutos da Internacional exigiam para a filiação de um partido. É sabido como o nome “socialista” tinha então para os comunistas uma conotação pejorativa, associada ao reformismo. Ora, porque um intelectual assumidamente revolucionário e simpático ao Comintern como Mariátegui preferira essa denominação?

Para entender suas razões, deve-se atentar para o começo e o fim da citação anterior. A prioridade do marxista peruano era a de fundar um partido que estivesse “em acordo com as condições do Peru” e que fosse “inserido no movimento das massas populares”. Ou seja, nas “condições concretas” do país um partido comunista exclusivamente operário como queria a IC seria, na visão mariateguiana, algo deslocado e inviável. Daí a opção por adotar o nome mais genérico de “socialista”.

Além do nome, os dirigentes da IC questionavam a composição de classe do PSP. Como se viu anteriormente, em seu manifesto de criação o partido se dizia “baseado nas massas operárias e camponesas”. Porém, para homens como Julles Humbert-Droz, o qual representava, sob o pseudônimo de Luís, o Comintern na Conferência de Buenos Aires, o PSP era uma organização demasiado aberta e flexível, o que não correspondia a seus padrões de disciplina revolucionária. Isso fica patente nas críticas que o comunista suíço fez ao partido de Mariátegui, considerando-o demasiadamente “aberto” e de ideologia, senão “reformista”, no mínimo “confusa” (IC, 1929, p.101). É interessante observar a reação do delegado peruano Julio Portocarrero, “Zamora”, a essas críticas. Segundo ele, as diretrizes da Internacional para cada país da região deveriam ser “diferentes”, pois “diferentes” seriam seus contextos socioeconômicos (p.153).

Com isso, se pode compreender o que estava por trás da polêmica em relação ao nome e caráter do PSP: a IC temia a excessiva independência da nova organização e de seu principal dirigente, preferindo o alinhamento automático com suas decisões. Tal perspectiva é evidenciada pela seguinte afirmação de Humbert-Droz sobre o que o preocupava no PSP: “Temo que, sob uma forma nova, e com uma nova etiqueta, tenhamos no Peru o ressurgimento da Apra” (p.101).

Desse modo, como sublinham diferentes estudiosos (Angell, 1997, p.83; Priestland, 2012, p.242; Pericás, 2011, p.188), a pretensão de Mariátegui de organizar um partido socialista que fosse capaz de exprimir a heterogeneidade da formação social peruana – incorporando operários industriais, trabalhadores-artesãos e camponeses indígenas – não foi bem recebida pelo Comintern, que a considerou “populista”.

## Conclusão

Ao longo deste artigo, procurei apontar como o termo “populismo” fez sua estreia no vocabulário político do marxismo latino-americano nos últimos dois



anos da década de 1920 por meio das controvérsias envolvendo o cubano Julio Antonio Mella, os peruanos Haya de La Torre e Mariátegui, além da própria Internacional Comunista. Por meio da análise dos usos do vocábulo nessas polêmicas, fica claro que o adjetivo “populista” teve, desde seus inícios, um uso claramente pejorativo, como estigma de uma vertente política “romântica” e “reacionária”, do ponto de vista de suas doutrinas sociais e econômicas, “reformista”, do ângulo de seu programa político, e “pequeno-burguesa”, no que se refere à sua base ou composição social.

Porém, não deixa de ser interessante o fato de os comunistas latino-americanos terem recorrido a um termo oriundo do vocabulário político russo, originalmente empregado para referir-se a problemas específicos daquela realidade histórico-social. É verdade que, como se viu de saída, o próprio Lenin já havia proposto uma ampliação do escopo geográfico do populismo, ao empregar o termo para qualificar o Kuomintang de Sun Yat-Sem. Assim, dado que Haya de La Torre assumia o nacionalismo chinês como uma de suas fontes de inspiração, homens como Mella acabaram imaginando uma linha de continuidade entre os *narodniks*, o Kuomintang e a Apra. Ironicamente, ainda que Mariátegui também tivesse feito uso do “populismo” como rótulo pejorativo contra Haya, sua obra acabou sendo rotulada do mesmo modo mais tarde por Miroshkevsky.

Dessa maneira, o marxista peruano, ao pretender fundar o socialismo “indo-americano” nas tradições coletivistas dos indígenas andinos e ao procurar organizar um partido que exprimisse a heterogeneidade dos setores subalternos de sua formação social, acabaria se misturando a essa tradição ideológica que negaria a universalidade das “leis” de funcionamento do capitalismo, em nome de uma exaltação romântica das particularidades locais, as quais procuraria resguardar da inelutável destruição a qual estariam condenadas pelo progresso.<sup>18</sup>

Como me referi anteriormente a respeito da crítica de Miroshkevsky, não creio que a observação dessas afinidades, ainda que exageradas, esteja necessariamente incorreta. Pelo contrário, creio sim que há algo de correto na identificação, tanto de Haya, como talvez mais ainda de Mariátegui, com o populismo russo tendo em vista sua “visão de mundo”. O que as analogias apontadas sugerem, a meu ver, é que os pensadores radicais ou revolucionários de sociedades periféricas ou retardatárias enfrentam, em condições históricas distintas, desafios semelhantes, tais como o abismo que separa suas formações sociais dos modelos políticos metropolitanos, ou o dilema entre a “marcha forçada” para o progresso e a busca de uma via alternativa, mais lenta, para a modernidade (Berlin, 1960, p.XXIX).

Aliás, segundo Walicki (1969), o populismo russo poderia ser entendido como uma “reação” russa à interpelação do marxismo. Afinal, as obras de Marx

18 Aqui é importante lembrar que a crítica romântica ao progresso não é de modo algum estranha à tradição marxista. Como bem apontou Löwy (1999), além de Mariátegui, outros proeminentes marxistas como Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin ou Ernest Bloch poderiam ser incluídos dentro de uma vertente marxista romântica.

tiveram, nos anos 1870, uma grande e precoce circulação entre a *intelligentsia* radical e/ou revolucionária do Império czarista. Contudo, esses intelectuais leram e interrogaram a obra de Marx do ponto de vista dos dilemas de sua sociedade, periférica e deslocada em relação aos centros do capitalismo industrial avançado. Um bom exemplo nessa direção foi a correspondência entre o próprio Marx e a militante “populista” russa Vera Zazulitch acerca da possibilidade ou não de uma passagem da *obstchina* para formas modernas de socialismo.

Como sugerem Berlin e Walicki, em outros contextos periféricos, enfrentados os dilemas da modernização capitalista, acabaram se reproduzindo problemas e discussões análogas, o que explica o paralelismo entre o debate russo do último quartel do século XIX e o debate da esquerda latino-americana dos anos 1920. Nesse sentido, como indica Juan Carlos Portantiero (1990, p.335-336), não teria sido por acaso que a contribuição mais criativa da América Latina ao marxismo, a de Mariátegui, teria surgido no Peru, país que, de maneira análoga à Rússia do século anterior, apresentava agudos contrastes com os modelos “ocidentais” de sociedade e de progresso, e não na Argentina, cuja formação social possuiria, ainda que superficialmente, maior semelhança com as da Europa ocidental.

Retornando aos raciocínios de Mella e Miroshesky a respeito de Haya de La Torre e Mariátegui, o maior problema não estaria tanto na analogia proposta, mas sim no sinal negativo que lhe atribuíam. Ao rotular seu interlocutor peruano como “populista”, o revolucionário cubano estava, sem sabê-lo, inaugurando uma longa divisão no seio da esquerda do subcontinente entre, de um lado, marxistas, no mais das vezes comunistas, e, do outro, nacionalistas, colocados pelos primeiros sob a rubrica de “populistas”. Essa fissura organizaria o campo da esquerda latino-americana pelo menos até a Revolução Cubana de 1959. Como afirmam Portantiero e De Ipola (1981, p.7-8), essa cisão entre “socialistas” e “nacionalistas” – cuja origem esses autores identificam, justamente, na controvérsia entre Mariátegui e Haya de La Torre – teria profundas consequências para os movimentos revolucionários na região, ao dificultar a formação de atores coletivos com vocação hegemônica. As exceções seriam, não por acaso, o castrismo e o sandinismo, os quais teriam sido capazes de superar essa polaridade.

## Referências bibliográficas

- ANGELL, A. Las izquierdas en América Latina desde 1920. In: BETHELL, L. (Org.). *Historia de América Latina*. v.XI. Barcelona: Crítica/Grijalbo/Mondadori, 1997, p.76-130.
- ARICÓ, J. Introducción. In: ARICÓ, J. (Org.), *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Pasado y Presente, 1978, p.XI-LVI.
- \_\_\_\_\_. O marxismo latino-americano nos anos da III Internacional. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. v.VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.419-460.
- BERLIN, I. Introduction. In: VENTURI, F. *The Roots of Revolution: a History of Populist and Socialist Movements in 19<sup>th</sup> Century Russia*. Nova York: Alfred Knopf, 1960, p.V-XXX.

- BLAKELY, A. The Making of Populist Revolution in Russia (1900-1907). In: CONIFF, M. (Org.). *Latin American Populism in Comparative Perspective*. Albuquerque: New Mexico University Press, 1982, p.155-190.
- CABALLERO, M. *La Internacional Comunista y la América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.
- COX, C. M. Reflexiones sobre José Carlos Mariátegui. In: ARICÓ, J. (Org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Pasado y Presente, 1978, p.3-9.
- DEL PRADO, J. Mariátegui: marxista-leninista fundador del Partido Comunista del Peru. In: ARICÓ, J. (Org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Pasado y Presente, 1978, p.71-92.
- DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- FALCÓN, J. *Anatomia de los siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1985.
- FERREIRA, O. S. *Nossa América, Indo-América: a revolução e a ordem no pensamento de Haya de La Torre*. São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1971.
- GALINDO, A. F. *La agonía de Mariátegui: La polemica com La Comintern*. In: *Obras completas*. v.II. Lima: Fundación Andina, 1994.
- GODIO, J. *Historia del movimiento obrero en America Latina (1918-1930): comunismo y nacionalismo*.v.II. Caracas/México D. F./Buenos Aires: Nueva Sociedad/Nueva Imagen, 1983.
- GRIJELMO, A. El populismo está fuera del diccionario. *El País*, 27 jul. 2015.
- HAYA DE LA TORRE, V. R. El Estado antimperialista. In: MONTESINOS, J. N. (Org.). *Haya de La Torre o la política como obra civilizatoria*. México D. F.: FCE, 2000, p.49-59.
- \_\_\_\_\_. El anti-imperialismo y el Apra. In: *Obras escogidas*. v.II. Lima: Instituto Victor Raúl Haya de La Torre, 2008.
- INTERNACIONAL COMUNISTA (IC). *Actas de la 1ª Conferencia de Partidos Comunistas de América Latina*. Buenos Aires, Editorial La Correspondencia Sudamericana, 1929. Disponível em: <<http://www.memoriavermelha.com/fontes/documentos/>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- LENIN, V. I. Democracy and Narodnism in China. In: *Collected Works*. v.XVIII. Moscou: Progress Publishers, 1975, p.163-169. Disponível em: <<http://www.marxists.org/english/lenin/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. A que herança renunciamos. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LÖWY, M. Marxismo e romantismo em Mariátegui. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n.41, 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q.../marxismo-e-romantismo-em-mariategui/>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- MARIÁTEGUI, J. C. Aniversario y balance. In: QUIJANO, A. (Org.). *Textos básicos*. México D. F.: FCE, 1991a, p.125-128.
- \_\_\_\_\_. El problema de las razas en América Latina. In: QUIJANO, A. (Org.). *Textos básicos*. México D. F.: FCE, 1991b, p.210-264.
- \_\_\_\_\_. La filosofía moderna y el marxismo. In: QUIJANO, A. (Org.). *Textos básicos*. México D. F.: FCE, 1991c, p.14-19.

- MARIÁTEGUI, J. C. Principios programáticos del Partido Socialista y acta de fundación. In: QUIJANO, A. (Org.). *Textos básicos*. México D. F.: FCE, 1991d, p.153-164.
- \_\_\_\_\_. Punto de vista anti-imperialista. In: QUIJANO, A. (Org.). *Textos básicos*. México D. F.: FCE, 1991e, p.203-209.
- \_\_\_\_\_. Antecedentes y desarrollo de la acción classista en el Peru. In: *Mariátegui total*. v.II. Lima: Amauta, 1995a, p.200-203.
- \_\_\_\_\_. La actualidad política Alemana. In: *Mariátegui total*. v.II. Lima: Amauta, 1995b, p.883-884.
- \_\_\_\_\_. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2008.
- MELIS, A. Mariátegui: primer marxista de América. In: ARICÓ, J. (Org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Pasado y Presente, 1978, p.201-225.
- MELLA, J. A. Que és el ARPA?. In: *Selección de escritos de Julio Antonio Mella*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975, p.82-107.
- MIROSHEVSKY, V. M. El populismo en el Peru: papel de Mariátegui en la história del pensamiento social latino-americano. In: ARICÓ, J. (Org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Pasado y Presente, 1978, p.55-71.
- MONTESINOS, J. N. Estudio introductorio. In: *Haya de La Torre o la política como obra civilizatoria*. México D. F.: FCE, 2000, p.9-46.
- PERICÁS, L. B. José Carlos Mariátegui e o Brasil. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.335-352, 2010.
- \_\_\_\_\_. Mariátegui e o Comentern. *Revista Lutas Sociais*., n.25/26. p.176-190, 2011.
- PIPES, R. Narodnichestvo: a semantic inquiry. *Slavic Review*, n.23, v.3, p.441-458, 1964.
- PORTANTIERO, J. C. *Estudiantes y política en América Latina*. México D. F.: Siglo XXI, 1979.
- \_\_\_\_\_. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. v.XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.333-357.
- PORTANTIERO, J. C.; DE IPOLA, E. Lo nacional-popular y los populismos realmente existentes. *Nueva Sociedad*, Caracas, n.54, p.7-18, maio-jun. 1981.
- PRASHAD, V. *The Darker Nations: a people's history of the third world*. Nova York: The New People's Press/Howard Zen Editor, 2007.
- PRIESTLAND, D. *A bandeira vermelha: uma história do comunismo*. São Paulo: Leya Editora, 2012.
- QUIJANO, A. Notas. In: QUIJANO, A. (Org.). *Textos básicos*. México D. F.: FCE, 1991.
- \_\_\_\_\_. Estudio introductorio. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2008.
- SLESSINGER, R. *La Internacional Comunista y la cuestión colonial*. México D. F.: Pasado y Presente, 1974.
- TEIXEIRA, G. L. *Anti-imperialismo e nacionalismo: o debate dos anos 1920 nas visões de Julio Antonio Mella e Haya de La Torre*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2001.
- VENTURI, F. *The Roots of Revolution: a history of the populist and socialist movements in 19th century Russia*. Nova York: Alfred Knopf, 1960.

WALICKI, A. Rusia. In: GELNER, E.; IONESCU, G. (Org.). *Populismo: sus significados y características nacionales*. Buenos Aires: Amorortu Editores, 1969.

## Resumo

O objetivo deste artigo é traçar as origens do uso do termo “populismo” no interior do marxismo latino-americano. Para tanto, retomarei três polêmicas ocorridas no final da década de 1920: entre o cubano Julio Antonio Mella e o peruano Victor Raul Haya de La Torre; entre Haya e o também peruano José Carlos Mariátegui, e entre este último e os representantes da Internacional Comunista (IC) na região. Ao examinar os usos do “populismo” nessas contendas, procurarei demonstrar como, de modo análogo ao que ocorrera nas controvérsias entre os revolucionários russos em fins do século XIX, o vocábulo foi empregado para estigmatizar correntes políticas ou autores que propugnavam a necessidade de um caminho próprio para a revolução no subcontinente, escapando aos limites da ortodoxia da IC. Tal uso do termo ganha sentido no bojo da divisão entre comunistas e nacionalistas, de grande duração na esquerda latino-americana.

**Palavras-chave:** populismo, marxismo, comunismo, nacionalismo, América Latina.

## Abstract

This paper aims at tracing the original uses of the term “populism” in Latin American Marxism. For this purpose, I shall examine three polemics that occurred in the Latin American left in the late 1920s: between the Cuban Julio Antonio Mella and the Peruvian Victor Raul Haya de La Torre; between Haya and Jose Carlos Mariátegui and between the later and the representatives of the Communist International (CI) in the region. Analyzing the uses of “populism” in this controversies, I shall demonstrate that, similarly to what happened in the debates between the Russian revolutionaries of the late 19th century, the word was employed to stigmatize political tendencies and authors that proposed a peculiar path for the subcontinent’s revolution, escaping from the limits of the CI’s orthodoxy. This use of the term must be understood as part of the split between communists and nationalists, long lasting in the Latin American left.

**Keywords:** populism, Marxism, communism, nationalism, Latin America.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**Crítica ao conceito de marxismo ocidental**

Pedro Leão da Costa Neto

**Usos e dificuldades da teoria marxista**

Michael Heinrich

**Lutas ecossociais na América Latina**

Michael Löwy

**Dilema da nacionalização  
do marxismo no Brasil**

Gleyton Trindade

**Dossiê: Sindicalismo e política  
(França, Brasil e Argentina)**

Sophie Bérout, Andréia Galvão e  
Paula Varela

# 38